Nº 262

IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

O AMOR POR PRINCÍPIO, E A ORDEM POR BASE:
O PROGRESSO POR FIM

Viver para outrem. *Viver às claras.*

AINDA CONTRA O ENSINO OBRIGATÓRIO

A PROPÓSITO DO PROJETO APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DESTA CIDADE, ESTABELECENDO O ENSINO PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO

"...Importa, porém, que a *liberdade de ensino* se manifeste pelo surto das empresas privadas, nas quais a ditadura não exercerá nunca senão uma superintendência moral, confiada à polícia, mas esclarecida e menos opressiva do que a justiça. Os claustros escolares, *sempre funestos sob os seus diversos modos*, não poderiam extinguir-se antes do fim da transição ocidental, *que é só o que fará prevalecer por toda a parte a educação doméstica sobre a instrução pública*. Entretanto, sem entravar de modo algum os institutos pedagógicos, *o governo não deve jamais* animar um uso que manifesta e desenvolve a incúria das famílias modernas para com o primeiro dos seus deveres.

Além da substituição, abaixo explicada, da escola positiva ao conjunto das escolas especiais, a ditadura francesa preparará a regeneração sacerdotal da educação universal estendendo e aperfeiçoando a instrução primária. Libertada das puerilidades literárias e metafísicas, como de qualquer liga teológica, essa preparação tornar-se-á teórica, estética, e sobretudo moral, mediante um surto simultâneo do cálculo, do canto e do desenho, com a leitura e a escrita. Mas a universal propagação de tal preâmbulo não deve de modo algum preservar a corporação correspondente da supressão geral das companhias pedagógicas, cujo pior grau mental e social ela oferece, votando-se mais vão dos três elementos clássicos. É sobretudo aí que importa desenvolver a liberdade de ensino, instituindo, para os mestres publicamente assalariados, dignos concursos, principalmente alimentados pelos proletários desclassados. Proporcionando a esse ofício toda a extensão e securidade convenientes, *avisar-se-á que ele permanece provisório, como usurpando uma função normalmente destinada às mães*, que poderão preenchê-la no fim da transição ocidental. (Augusto Comte, POLÍTICA POSITIVA, tomo IV, págs, 389-90)

Anuncia se uma nova tentativa de decretação do ensino obrigatório nesta cidade. Desde os tempos do Império, que o Apostolado Positivista fez ver a monstruosidade política, moral e mental, de semelhante projeto retrógrado revolucionário[1]. E, desde os tempos do Império que declaramos estar dispostos a não admitir a ingerência do Estado, sob qualquer forma, na educação e na instrução que julgamos dever dar aos nossos filhos e aos que estiverem sob a nossa solicitude doméstica. São ponderações sob esse duplo aspecto que julgamos do nosso dever recordar agora.

Antes de tudo, cumpre insistir no contraste entre o ideal republicano, como ele se apresentou aos promotores da regeneração social e aos seus continuadores até hoje; como ele se oferece, cada vez mais energicamente, à massa proletária; como ele se anunciou com Benjamin Constant a 15 de novembro de 1889; e o regime tirânico e corrupto, a um tempo retrógrado e revolucionário, que a burguesocracia dominante, quer no Brasil, quer no Ocidente, tenta instituir por toda parte.

Para os promotores da regeneração humana, após a dissolução insanável da civilização católico-feudal, a república constituía uma sociedade baseada na *fraternidade* e na *liberdade*, tanto civil como internacional. Para eles, a *igualdade* significava apenas a tradução política da *fraternidade*, mediante a supressão dos privilégios legais. E tudo isso se resumia na *paz universal*, graças à substituição do espírito teológico-militar pelo gênio científico-industrial.

Em vez de semelhante programa, a burguesocracia dominante, quer no Brasil, quer no Ocidente, tornou a república apenas o prolongamento das ditaduras legalistas, oriundas da fatal dissolução do regime católico-feudal. Tudo isso ficou reduzido a substituir o rei, a nobreza, e o clero, pela burguesia constituída em senhor despótico do proletariado. É isso que traduz a série de prescrições tirânicas, chamadas *legais*, umas decretadas e outras projetadas, todas visando eternizar a dominação das classes híbridas que formam a burguesia.

Semelhante conduta só tem servido, porém, para retardar a regeneração social, aumentando todos os dias o caráter tempestuoso da grande crise final da evolução humana. Por que o proletariado, em desespero, tem sido conduzido a insurgir-se contra as noções mesmo de *propriedade*, de *governo*, de *pátria*, de *sacerdócio*, de *religião*. E, por outro lado, tem-se eternizado o preconceito militar da onipotência da força bruta.

Eis como a fraternidade, a liberdade, a paz que a República prometia, acham-se substituídas pelas tentativas de escravidão sob todas as formas, temporais e espirituais — o despotismo sanitário, vacinação obrigatória, ensino obrigatório, serviço militar obrigatório, regulamentação dos serviços industriais, perseguição da mendicidade erigida em crime, despotismo funerário, etc.

---

[1] Vide as publicações nº 35 e 41 do nosso catálogo.

Diante desse quadro, quem poderá reconhecer republicanos nas classes dominantes?

Não temos uma dinastia; não temos uma aristocracia; não temos mais o despotismo do sacerdócio teológico; temos uma *Constituição* fundamentalmente republicana; o que é mais, temos um povo realmente com qualidades republicanas; – mas a burguesia dominante está subjugada pelos preconceitos e as ambições do despotismo regalista, inclusive pelos preconceitos e ambições militaristas.

E essa situação é a mesma em todo o Ocidente; não é peculiar ao Brasil. Uma crise social análoga deu-se por fim do mundo romano, quando o Ocidente passou do politeísmo para o monoteísmo católico.

Resultado da fatal dissolução do Catolicismo e da anulação social do sacerdócio medievo, a situação moderna não pode ter fim enquanto uma doutrina científica, social e moral, não *triunfar livremente* nos povos ocidentais. E a vitória de tal doutrina supõe o ascendente, *também livre*, de um novo *poder espiritual*, órgão dessa doutrina, acatado unanimemente só pela sua virtude e o seu saber, sem força temporal alguma, nem sequer a riqueza.

É assim que se reconhece que a primeira necessidade política e moral do nosso tempo resume-se na instituição da mais completa *liberdade espiritual*, respeitando os governos todas as liberdades civis, quer pessoais, quer domésticas, de consciência e de corpo, e desistindo atualmente de qualquer ensino, *salvo o primário para quem quiser*.

Semelhante conduta política resulta não só do fato de não existir agora doutrina alguma unanimemente aceita pelos teoristas, mas também de ser o único meio de facilitar a *livre supremacia* social da doutrina e dos teoristas capazes de pôr termo à anarquia moderna.

Mesmo quando essa aptidão regeneradora se houver patenteado, os governos não podem tornar o ensino de tal doutrina *obrigatório*, ou dar qualquer privilégio aos mestres dela. Porque a manutenção da plena Liberdade espiritual é só o que pode garantir o bem público, impedindo a degradação dos teoristas e o despotismo dos governos.

Essas reflexões já bastam para patentear a monstruosidade política, moral e mental do projeto que se anuncia. Examinando, porém, sumariamente o destino e o caráter do ensino em geral, especialmente no ensino primário, ainda mais essa monstruosidade salta aos olhos.

De fato, o ensino faz parte da educação, isto é, da preparação do homem para a vida social, de acordo com o estado da civilização em que ele surge. Isto mostra logo que o ensino deve continuar a ser, como sempre foi, uma função cuja superintendência compete aos pais, especialmente às mães.

Para avaliar bem essa observação capital, cumpre desfazer um preconceito corrente entre os *letrados*, e sobretudo entre os letrados que constituem o que um jesuíta denominou *a ignorância que sabe ler*. Segundo esse preconceito, o saber ler e escrever é a condição, a base de todo o ensino; de sorte que o analfabeto tornou-se, para o vulgo dos letrados, sinônimo de *ignorante*.

Ora, basta refletir que a nossa linguagem é antes falada do que escrita, para logo perceber se que um homem pode ser muito instruído, sem saber nem ler nem escrever. Isto é, sendo analfabeto. Isso se daria, se esse homem tivesse convivido com pessoas instruídas, ou exercido funções que o pusessem a par dos conhecimentos adquiridos e no seu tempo e no seu meio social.

Por outro lado, um homem pode ser extremamente letrado, doutor, isso é profundamente ignorante, incapaz de mesmo de elevar-se ao nível dos pensadores do seu século. Ninguém que tiver ponderado a natureza atual do ensino poderia deixar de preferir a chamada ignorância dos proletários iletrados à ciência da generalidade dos letrados, mesmo cientistas, inclusive membros de academias. É por isso que Descartes dizia, no *prefácio* dos seus PRINCÍPIOS DE FILOSOFIA, referindo-se aos que se consideravam filósofos:

"...Não quero todavia diminuir a honra que cada um deles pode pretender; sou unicamente obrigado a dizer, para consolo dos que não estudaram, que, assim como viajando, quando se dá as costas ao lugar para onde se quer ir, tanto mais se afasta desse lugar, quanto mais tempo e mais depressa se anda, de sorte que, embora depois se seja posto no caminho direito, não se pode chegar onde se queria ir tão cedo, como se não tivesse andado antes; assim, quando se tem maus princípios, quanto mais se os cultiva e se aplica com mais cuidado a tirar deles diversas consequências, pensando que seja isso bem filosofar, tanto mais se afasta do conhecimento da verdade e da sabedoria: de onde se deve concluir que aqueles que menos têm aprendido de tudo o que até aqui se tem chamado filosofia são os mais capazes de aprender a verdadeira."

Note-se, enfim, que não são os analfabetos que oferecem os maiores criminosos. Todos os dias estamos presenciando os atentados de todo o gênero, tanto nos crimes comuns, como nos crimes políticos, praticados pelos pseudo-instruídos e diplomados.

Portanto, a dificuldade do problema da educação não reside na instrução letrada, mas na cultura dos sentimentos altruístas e na iniciação dos bons princípios morais e lógicos. Ora, isso supõe a existência de uma doutrina ao nível das exigências da Humanidade, no momento considerado.

E que critério tem o governo para tornar-se o tutor dos pais e das mães de família, impondo-lhe as doutrinas, os métodos, os livros, e os mestres que o mesmo governo preferir?

Ninguém se pode iludir: o governo é, finalmente, constituído por homens, e, como tais, sujeitos a todas as paixões e fraquezas humanas. Hoje, sobretudo, os governos representam apenas os chefes de uma das várias facções políticas em que se decompõe a parte que mais se agita na massa masculina. Esses homens dispõem do tesouro nacional e da força militar. Mas isso dá a competência para escolher professores e doutrinas?

Isso dá ciência e moralidade?

Os verdadeiros teoristas nunca quiseram impor-se pela violência; e as doutrinas oportunas sempre prevalecerão sem o apelo da força bruta. É essa a lição que os verdadeiros estadistas não deviam esquecer um só instante.

Considerando agora o intitulado o ensino primário, ainda mais palpável se torna o descabimento das pretensões do governo em tal assunto.

Destinado à segunda infância, semelhante o ensino é um apanágio insubstituível das mães. A escola primária é uma instituição essencialmente dissolvente da Família, por isso que constitui uma usurpação das funções maternas. Cada criança deve ser instruída, até a adolescência, por sua mãe, porque só a solicitude materna pode – e na família – reunir um conjunto de condições afetivas e mentais indispensáveis ao preparo da inteligência infantil.

A falta das mães só pode ser remediada, mais ou menos imperfeitamente, por professores escolhidos por elas. E quando dizemos mães, nos referimos às pessoas que de fato se consagraram à educação das crianças, e não simplesmente àquelas de quem cada criança nasceu.

A escola primária, como a *creche*, o asilo, o hospital, etc., são instituições atestando a miséria extrema em que se acha a família proletária, em virtude da dissolução geral da sociedade. Todas essas instituições resultam de tal dissolução e tendem a fomentá-la, quando não se tomam as cautelas necessárias. Porque as paixões egoístas e a cegueira das classes dominantes as levam a erigir tristes expedientes, sugeridos por uma época de profunda e imensa subversão social, em instituições normais, destinadas a manter as posições burguesocratas.

Conceba-se reorganizada a família proletária, graças ao ascendente da Religião da Humanidade, e todos esses suntuosos monumentos – escolas, *creches*, asilos, hospitais, etc. – ficarão vazios; e as multidões de funcionários, altamente remunerados e dotados de privilégios, que pesam sobre o proletariado, encarregados da direção e entretenimento desses estabelecimentos, ficarão sem destino.

Seria inútil desenvolver mais essas considerações para que se perceba quanto é inadmissível qualquer tentativa de ensino obrigatório, e sobretudo o primário. Todo governo realmente preocupado da regeneração social limitar-se-á a proporcionar à massa proletária os meios gerais de instrução, mas sem atentar jamais contra a fraternidade cívica. O primeiro dos ensinos consiste hoje em *desistir da violência sob todas as formas*,

reservando a força bruta exclusivamente para o castigo dos criminosos. É preciso, por outro lado, preparar a eliminação das classes burguesas, em vez de fomentar o seu surto, que não pode deixar de ser cada vez mais nocivo à ordem e ao progresso.

Devemos, enfim, lembrar que as liberdades garantidas pela *Constituição Federal* opõem-se terminantemente a semelhante atentado. Já a Constituição do ex-Império era contrária à tal aberração. Nada poderia, pois, justificar hoje um decreto dessa ordem.

Seja como for, o nosso protesto aí fica. E nós saberemos cumprir com o dever de cidadão e de homem rejeitando qualquer submissão ao despotismo que se projeta, se o quiserem transformar em prescrição legal.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil,

R. TEIXEIRA MENDES,
Vice-Diretor

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 30.
Rio, 9 de Carlos Magno de 120 (25 de junho de 1908).

(Publicado na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 26 de junho de 1908)